



Processo nº: 28275/06 (01 Volume e Anexos I, II e XI a XXII)
Apenso nºs: 220.000.628/2001 – GDF (08 Volumes)

Relator: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha

Parecer nº 0634/09-IMF

Ementa:

TCE instaurada pela então SEL/DF para apurar responsabilidades por possíveis prejuízos ocasionados ao erário em decorrência do repasse de recursos financeiros (R\$ 1.200.000,00) para a então Federação Metropolitana de Futebol, por intermédio do Convênio nº 01/2002 para a realização do 27º Campeonato Brasiliense de Futebol Profissional da 1ª Divisão de 2002. Apartados constituídos em razão da Decisão nº 4230/2006. Exame inicial da TCE. Constatação de irregularidades. Instrução pugna pela ocorrência de indícios de crimes contra a Administração Pública, citação e audi-ência dos responsáveis, inabilitação para exercício de cargo em comissão e função de confiança, encaminhamento de cópia da Instrução ao MPDFT. Cota aditiva de Inspetor propugnando a exclusão das agremiações de futebol e seus dirigentes do rol de responsáveis. Despacho Singular nº 208/2009 – CRR. O *Parquet* aquiesce com os termos alvitados pela Divisão de Contas da 2ª ICE.

Cuidam os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo então titular da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF, atendendo ao disposto no Relatório nº 028/2004, elaborado pela Controladoria da Corregedoria Geral do Distrito Federal, com a finalidade de apurar responsabilidades por possíveis prejuízos causados ao erário, nos repasses de recursos financeiros efetuados a diversas federações desportivas por intermédio dos Processos nºs 220.000.618/2001, 220.000.628/2001, 220.000.209/2002 e 220.000.286/2002.

2. A Divisão de Contas da 2ª ICE na percuente análise de fls. 78/127, percorreu que a TCE em comento estava sendo examinada no bojo do processo nº 2115/04, sendo que a Corte de Contas por intermédio da Decisão nº 4230/2006 deliberou que aquela TCE deveria ser desmembrada por federação em acompanhadas em processos distintos.

3. Assim, examina-se neste feito a questão inerente ao repasse de recursos financeiros (R\$ 1.200.000,00) para a então Federação Metropolitana de Futebol, por intermédio do Convênio nº 01/2002 para a realização do 27º Campeonato



Brasiliense de Futebol Profissional da 1ª Divisão de 2002, objeto do Processo nº 220.000.628/01.

4. A Unidade Técnica desmembrou a Instrução em 04 (quatro) grandes tópicos, quais sejam: histórico (fls. 80/82), desenvolvimento (fls. 83/120), conclusão (fls. 120/122) e sugestões (fls. 123/125).

5. Tendo em conta a quantidade de irregularidades e impropriedades constantes da análise das Prestações de Contas produzida pela Divisão de Contas da 2ª ICE, este membro do *Parquet* transcreverá os principais excertos apresentados pelo corpo técnico em relação à documentação apresentada pela Federação Brasiliense de Futebol e pelas entidades desportivas para as quais a FBF carrou a maior parte dos recursos públicos à conta do Convênio nº 01/2002, grifando as principais ocorrências abordadas na Instrução:

II.1.1. Aspectos Formais

22. Em 28/12/01, foi recebido na SEL o Ofício nº 1156/2001, por meio do qual, o então Presidente da Federação Metropolitana de Futebol - FMF, Sr. Weber de Azevedo Magalhães, agradece a ajuda recebida no ano de 2001 e solicita auxílio de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para o exercício de 2002. (fls. 01/02 - ap)

23. Aquela Federação não apresentou motivos ou objetivos que justificassem a solicitação, apenas informou que esses recursos serviram para equilibrar as suas contas e as dos clubes de futebol. (...)

24. Em 29/12/01, o Sr. Marco Aurélio da Costa Guedes, à época Chefe de Gabinete, autorizou a emissão da Nota de Empenho e posterior pagamento, assim que se fizesse a suplementação orçamentária, em favor da Federação Brasiliense de Futebol. (fls. 04-V/ 05 - ap)

25. Os documentos nos autos ora fazem menção à Federação Metropolitana de Futebol - FMF, ora à Federação Brasiliense de Futebol - FBF. O Convênio está em nome da FBF, mas a prestação de contas, assim como as notas fiscais apresentadas, estão em nome da FMF. Percebe-se que a entidade mudou apenas o nome, mantendo o mesmo CNPJ.

26. Note-se que naquela data (dez/01) não havia Plano de Trabalho, Convênio estabelecendo objetivo, metas, obrigações e deveres das partes, documentos comprovando regularidade fiscal da entidade interessada. Mesmo assim o pagamento já havia sido autorizado.

27. A suplementação orçamentária foi autorizada em 25/07/02, por intermédio do Decreto nº 23.118/02, publicado no DODF de 29/07/02, remanejando-se verba da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, programa de Promoção de Campanhas de Incentivo à Arrecadação (33.90.39), para a SEL, programa de Apoio ao Futebol Profissional (33.50.39). (fls. 06 e 11/12 - ap)

28. Procedimento comum em processos da SEL, a incoerência na sequência cronológica dos fatos também se verifica nesses autos. Por exemplo, após a juntada da cópia do DODF, de 29/07/02, constam diversos despachos e documentos com data de 25/07/02. (...)

29. Foram 10 despachos, emissão de duas Notas de Empenho e a elaboração de Parecer Técnico, tudo no mesmo dia. Consta, nesse Parecer, com relação ao Plano de Trabalho: "... o Programa de Trabalho apresentado pela Federação Metropolitana de Futebol está fundamentado no art. 116 da Lei nº 8.666/93;". Entretanto, o referido Plano, além de não atender ao que dispõe o artigo citado, tem data de 29/07/02, ou seja, posterior a elaboração daquele Parecer e ao "De acordo" do Secretário. Conclui-se, portanto, que o suposto Plano de Trabalho já estava aprovado, mesmo antes de ser apresentado na SEL. (...)

30. Em 25/07/02, mesma data de assinatura do Decreto que concedeu o crédito suplementar, foi assinado o Convênio nº 01/02, entre a SEL e a FBF. Procedimento contrário ao § 1º do art. 116 da Lei nº 8.666/93, que determina que a celebração do convênio depende de prévia aprovação do Plano de Trabalho. Registre-se que, no



Processo nº 1.905/04, o então Secretário, Sr. Marco Aurélio, foi chamado em audiência para responder por essa falha, consoante item III.b da Decisão nº 2.153/05. (...)

31 **Observando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal para o exercício de 2002, constata-se que essa transferência para entidade privada carece de fundamento legal.**

...

35. **A LDO, para o exercício de 2002, vedava a subvenção social para entidades privadas, exceto no caso daquelas sem fins lucrativos e que atuem nas áreas sociais, de saúde e de educação. Essa transferência atendeu a clubes de futebol profissional, portanto, as condições previstas na LDO não foram atendidas.**

...

37. **Percebe-se, assim, a impossibilidade legal de transferência de recursos públicos para entidades como a Federação e os clubes de futebol profissional.**

38. O Convênio nº 01/2002 foi assinado pelo então Secretário de Esporte e Lazer, Sr. Marco Aurélio da Costa Guedes, em 25/07/02, e descreve o objeto pretendido na Cláusula Primeira:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objetivo do presente convênio a transferência de recursos financeiros a Federação Brasiliense de Futebol, para realização e promoção do XXVII Campeonato Brasiliense de Futebol Profissional da 1ª Divisão, de 2002, e os campeonatos de futebol das categorias de base.” (grifei - fl. 07 – ap)

39. O convênio é instrumento que deve formalizar o acordo entre partícipes para atingir fim comum. **No caso em tela, não havia a preocupação com objetivo comum, apenas a simples transferência de recursos à entidade privada para que ela gerenciasse as suas atividades.**

...

41. O Convênio nº 01/02 não buscava o interesse público, mas sim o interesse de entidades privadas, caracterizando, assim, desvio de finalidade na ação do administrador.

42. Os recursos, no montante de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), foram repassados à entidade em duas parcelas de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), cada. A primeira, depositada na conta corrente da Federação, em 09/08/02, e a segunda, em 14/11/02. (...)

43. A autorização para emissão da Nota de Empenho e para os pagamentos das duas parcelas partiu do Chefe de Gabinete à época, Sr. Marcelo Fagundes Gomide, tendo sido esses atos ratificados pelo Secretário. (...)

44. No Processo nº 1905/04, o Sr. Marco Aurélio da Costa Guedes, então Titular daquela Pasta, responde por inobservância aos artigos 13 do Decreto nº 16.098/94 e 116 da Lei nº 8.666/93, em razão da falta de ajuste e de designação de Executor.

II.1.2. Prestação de Contas

45. Não se pode analisar esta Prestação de Contas, sem **comparar os documentos ora apresentados, com aqueles obtidos pela Equipe de Auditoria no Processo nº 220.000.628/01 e com os originais, fornecidos pela própria Federação e anexados ao Processo nº 1.905/04.**

46. **Percebe-se, em primeiro lugar, a substituição do Ofício da FMF, de julho de 2003, a subtração de demonstrativos financeiros e a inclusão de outros documentos.**

47. Na Auditoria realizada na SEL, iniciada em 07/07/03, tratada no **Processo nº 1.905/04**, verificou-se que a **Prestação de Contas da Federação Brasiliense de Futebol – FBF** havia sido apresentada, porém, não fora juntada aos autos do Processo nº 220.000.628/01 e nem numerada. A documentação seguia em pastas apenas àquele processo. (Proc. 1905/04, fls. 64, § 102)

48. O Ofício nº 621/03, de 03/07/03, da FMF, assinado pelo então Presidente daquela entidade, Sr. Weber de Azevedo Magalhães, encaminhava essa Prestação de Contas, iniciada por simples Demonstrativo Financeiro. (...)

49. No mesmo Processo nº 220.000.628/01, que ora se analisa, consta um outro Ofício, substituindo o anterior, sem número, com data rasurada de 26 de junho de 2004, encaminhando as Contas, que se iniciam com longo demonstrativo de despesas. Esse demonstrativo, pelo logotipo no canto superior esquerdo da folha,



pode ter sido elaborado por servidores da própria SEL. O novo Ofício e o novo demonstrativo estão assinados pelo Sr. Weber. (fls. 41, 43 e 44/73 - ap)

50. O Sr. Weber Magalhães deixou o cargo de Presidente daquela Federação para assumir o cargo de Secretário da SEL, em 28/10/03. Logo, em 26/06/04, data do ofício e do demonstrativo, ele não poderia assinar pela presidência da Federação Brasileira de Futebol.

51. Esse procedimento não pode ser considerado como regular, podendo, inclusive, caracterizar crime de improbidade administrativa, no dizer do art. 11 da Lei nº 8.429/92.

52. Seria possível aceitar que, em razão de análise efetuada, tivesse sido solicitada a complementação de informações e, em resposta, novos documentos fossem incluídos nos autos, mas a supressão de documentos constantes do processo e o acréscimo de documento ilegítimo, com a participação do próprio Titular da Pasta, deve ser rechaçada. Portanto, necessária a audiência do Sr. Weber de Azevedo Magalhães, para em trinta dias apresentar justificativas por procedimentos contrários aos princípios da legalidade e da moralidade que regem a Administração Pública, em vista da aplicação da multa estabelecida no art. 57, II, da LC nº 01/94. (...)

53. A Federação Brasileira de Futebol - FBF apresentou despesas realizadas por ela e pelos clubes beneficiados. Para melhor entendimento e análise dos comprovantes de despesa, trataremos de cada entidade separadamente, obedecendo a seqüência dos autos.

II.1.2.1. Federação Brasileira de Futebol

54. A FBF recebeu os recursos sem especificar o que seria realizado. O Convênio nº 01/02, na cláusula referente ao objeto, fala apenas em transferência à Federação para a realização do campeonato de futebol profissional de 2002.

55. Referência aos repasses que teriam sido feitos aos clubes, aparece apenas no documento denominado "Plano de Trabalho", no entanto, sem valores declarados. Esse documento não preenche os requisitos estabelecidos no art. 116 da Lei nº 8.666/93, para que seja entendido como Plano de Trabalho. (fls. 01/02, 07 e 16, 2º § - ap)

56. Com base nos Demonstrativos Financeiros encontrados no Processo nº 220.000.628/01, quando da realização da Auditoria na SEL, iniciada em 07/07/03, chegou-se a conclusão que os R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), recebidos pela FBF, haviam sido divididos em partes iguais entre doze entidades: a própria Federação e mais 11 clubes. Cópias desses demonstrativos constam do Processo nº 1.905/04 e foram também juntados a estes autos. (fls. 51/56)

57. Esses demonstrativos, como se verifica, foram subtraídos do Processo nº 220.000.628/01, pois não se encontram nos autos. Os documentos incluídos após a realização daquela Auditoria não especificam os valores repassados aos clubes de futebol, apenas apresentam as listas das despesas realizadas por cada entidade. (...)

58. A FBF, assim como os clubes, apresentou nessa Prestação de Contas diversas notas fiscais relativas à compra de material esportivo. No nosso entender, essas despesas não possuem relação com o objetivo do Convênio nº 01/02. (...)

59. A compra de material esportivo é parte do cotidiano dos clubes, necessária ao desempenho de suas atividades. São despesas relacionadas à operacionalidade da entidade e independem da realização do referido Campeonato de Futebol. Assim sendo, além das irregularidades verificadas, em parte dos documentos fiscais apresentados, que deverão ter o tratamento adequado, fica, desde logo, rejeitada esse tipo de despesa, para a comprovação da aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio nº 01/02.

II.1.2.1.1. Recibos em nome dos clubes de futebol

60. Esta Prestação de Contas apresenta vários recibos em nome dos clubes de futebol. Todavia, não constam as Atas das Assembléias legitimando os Presidentes das instituições e aqueles que assinaram os recibos; as cópias dos documentos de identidade para comprovar a assinatura; e, em alguns casos, sequer o nome dos



signatários. Logo, não servem como comprovante de aplicação de recursos públicos. (...)

61. Valores apresentados nessa documentação não estão de acordo com aqueles constantes da Prestação de Contas entregue pela FBF à SEL, em 3 de julho de 2003. Naquela oportunidade, o Presidente da Federação, Sr. Weber Magalhães, declarou ter repassado a cada clube R\$ 99.620,00 (100.000,00 - o valor da CPMF). Contudo, agora, apresenta recibos, em nome dos clubes, com valores diferenciados.

62. Esses recibos não estavam no Processo nº 220.000.628/01, quando da realização da Auditoria. Foram encaminhados ao Tribunal, posteriormente, juntamente com os documentos originais solicitados pela Equipe de Auditoria. ...

63. Entre esses recibos, dois são do ano de 2000. Um em nome da Sociedade Esportiva do Gama, no valor de R\$ 10.450,00, e o outro, em nome da Associação Desp. Com. Bandeirantes, no valor de R\$ 25.500,00. Excluindo-se esses valores, o suposto repasse, para esses dois clubes, fecharia em R\$ 100.000,00. (fls. 83 e 85 - ap)

64. Conforme os documentos originais fornecidos pela FBF, o total destinado ao Brasília Esporte Clube teria sido de R\$ 72.576,82. Entretanto, nessa nova Prestação de Contas, inserida no Processo nº 220.000.628/01, incluiu-se duas cópias de um mesmo recibo, em nome desse clube, com data de 25/11/02 e valor de R\$ 27.423,18, fechando a conta em R\$ 100.000,00. (...)

65. Três recibos em nome do Sobradinho Esporte Clube, com data impressa de 22/11/02, 12/08/02 e 21/11/02, no montante de R\$ 84.275,00, foram rasurados. Juntamente com o nome do suposto signatário, foi escrita à mão a data "27/10/2003", possivelmente, o momento em que teriam sido assinados esses recibos. Vale lembrar que nessa oportunidade, outubro de 2003, a Equipe de Auditoria estava na SEL analisando os repasses às Federações. No original foi utilizado corretivo líquido para alterar a data. (...)

66. Um dos recibos em nome da Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro, no valor de R\$ 44.475,00, com data de 12/08/02, possui duas assinaturas. Uma delas do próprio Presidente da FBF, à época, Sr. Weber Magalhães. Embora não conste o nome do signatário, a assinatura pode ser comparada com as existentes em outros documentos. (...)

67. (...). Com base nas datas dos recibos, a Federação teria pulverizado os repasses para os clubes no período de 12.08 a 27.12.02.

Repases Ocorridos no Mês de Agosto/2002

CLUBES	12/08	14/08	15/08	16/08	22/08	TOTAL
Brasiliense					54.800,00	54.800,00
Bandeirante	15.000,00	26.940,50				41.940,50
Gama	44.110,00					44.110,00
CFZ	20.000,00			19.770,00		39.770,00
Sobradinho	44.275,00*					44.275,00
Brazlândia	20.000,00	15.000,00	5.520,00			40.520,00
Guará		34.000,00				34.000,00
Ceilândia		30.000,00			9.899,60	39.899,60
Luziânia		42.465,00				42.465,00
Brasília	39.000,00					39.000,00
ARUC	88.587,10					88.587,10
TOTAL	270.972,10	148.405,50	5.520,00	19.770,00	64.699,60	509.367,20

Fonte: fls. 74/132 - ap.

*Datas rasuradas.



68. Não se **justifica essa sistemática utilizada na distribuição dos recursos, que ocorreram em valores desproporcionais**, por exemplo: de R\$ 44.378,00 e R\$ 822,00, para o Brasiliense; de R\$ 17.222,50, R\$ 26.940,50 e R\$ 837,00, para o Bandeirante; de R\$ 15.830,00 e R\$ 19.770,00, para o CFZ; de R\$ 9.899,60 e R\$ 23.810,40, para o Ceilândia; de R\$ 42.465,00 e R\$ 15.305,00, para o Luziânia; de R\$ 400,00, R\$ 4.512,97 e R\$ 3.663,85, para o Brasília; de 44.112,10, para a ARUC. (...)

69. A FBF apresentou extratos de sua conta corrente com a movimentação financeira, nos meses de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2002. **A operação mostra-se irregular, tendo em vista que os valores recebidos, por meio do Convênio nº 01/2002, não foram tratados em conta específica e sim na conta corrente da própria Federação**, restando em 31/12/2002, data em que deveria terminar a vigência do Convênio, um saldo nessa conta de R\$ 80.919,52. (...)

70. (...). Constatou-se, assim, que a FBF tratava, na mesma conta, verbas para projetos independentes, juntamente com os seus próprios. Esta forma de agir impede que haja a necessária transparência na utilização de recursos públicos. (...)

71. Comparando-se os recibos e os extratos da conta corrente da FBF, depara-se com mais uma incoerência: diversos recibos apresentam valores que não constam do rol de saques efetuados. ...

72. Observa-se, no extrato bancário do mês de agosto de 2002, o resgate de 35 cheques. Destes, 19 cheques, que somados totalizam R\$ 255.459,30, foram sacados em dinheiro, no caixa do banco. Entre esses saques existem valores de pequena monta como R\$ 150,00 e R\$ 600,00, mas também foram feitas retiradas de R\$ 34.000,00, de R\$ 39.000,00 e de R\$ 44.275,00, evidenciando uma prática arbitrária, que compromete todo o procedimento. (...)

73. Cabe destacar que o saque em dinheiro, diretamente no caixa do banco, a movimentação dos recursos recebidos da SEL em conta corrente da própria entidade, tem sido procedimento comum verificado nas prestações de contas de Federações Esportivas do Distrito Federal. Estranho perceber a adoção do mesmo procedimento ilegal por diversas entidades que recebem recursos de um mesmo órgão público.

74. Os recibos apresentados, em nome dos clubes, não podem ser aceitos como comprovantes idôneos. Possuem assinaturas diferentes em recibos da mesma entidade. Não trazem identificação clara do signatário; não há comprovante de que o signatário é, legalmente, o representante do clube; e não juntou-se cópias de documento de identificação, comprovando que a assinatura é da pessoa, cujo nome consta do recibo. Portanto, esses recibos devem ser rejeitados.

II.1.2.1. 2. As notas fiscais

...

76. Essa documentação pode demonstrar má-fé dos responsáveis pela elaboração dessa Prestação de Contas. A confrontação das cópias, obtidas a partir de julho de 2003, com os originais e com os documentos que hoje constam do Processo nº 220.000.628/01, mostra que, após a realização da Auditoria, as notas fiscais foram adulteradas e novamente copiadas para a montagem de uma nova Prestação de Contas, que agora encontra-se juntada ao Processo sob análise. (...)

77. Todas as notas fiscais, supostamente, originais, bem como as cópias constantes do Processo 220.000.628/01 (fls. 138/180), receberam carimbo da FMF, com o texto "Atesto", segundo consta, em 12/12/03. Entretanto, a prestação do serviço e o fornecimento do material ocorreram durante o ano de 2002 e as cópias dessas notas já haviam sido entregues à SEL, sem esses carimbos. (Anexo XI, fls. 96/139)

78. Cópias obtidas em julho/03 não possuíam o carimbo de "Recebemos", mas os originais encaminhados, posteriormente, apresentavam esse carimbo, com datas do ano de 2002. Constatou-se que os originais foram adulterados após terem sido copiados para a montagem da primeira Prestação de Contas. (Anexo I, fls. 24, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 40, 44, 45, 48, 51 e 53; Anexo XI, fls. 96, 99, 106, 108, 110, 114, 117, 120, 125, 126, 131, 134 e 137)



79. Algumas cópias que compõem agora o Processo nº 220.000.628/01 foram obtidas após a adulteração dos originais. Esse fato mostra a participação de servidores da SEL nessa operação, pois a Prestação de Contas já havia sido entregue e estava apensa a este Processo. Entretanto, a documentação foi, em grande parte, substituída, tendo-se atestado todas as novas cópias com o carimbo "CONFERE COM O ORIGINAL". (fls. 137, 140/147 e 159 - ap)
80. Com relação ao ato do servidor responsável por essa atestação, verifica-se a ocorrência de possível crime de falsidade ideológica, pela inclusão no documento de declaração sabidamente falsa, como no caso da cópia da Nota Fiscal nº 02 da RML – Materiais Esportivos Ltda.. A original apresenta carimbo com o texto "Recebemos", com data "28/06/2002", e na cópia não existe o carimbo, como então esse servidor atestou que essa cópia confere com a nota fiscal original. (fl. 150 - ap, e Anexo XI, fl. 108)
81. Temos assim duas hipóteses: 1) quando o servidor atestou a cópia, a original não possuía o carimbo, comprovando a má-fé daqueles responsáveis pela elaboração da Prestação de Contas; ou 2) o servidor atestou as cópias, tentando conferir-lhes aspecto de legalidade, sem confrontá-las com a original, sendo responsável pela prática de crime contra a administração pública.
82. Casos semelhantes foram observados com relação às notas fiscais nºs 01, 03 e 145 da RML; nº 5922 da São Paulo Materiais Esportivos; nº 661 da Rangel Sport; nº 288 da Planeta; nº 848 da Companhia do Futebol; e nºs 029 e 035 da Vênus Calçados. Portanto, necessária a audiência do servidor **Bruno Walter da Silva Pimenta, Mat. 1135805**, residente na Quadra SQSW 101, Bloco "G", ap. 505, Sudoeste, CEP. 70670-107, Tel: 3344-3068, pela prática de ato contrário aos princípios constitucionais da legalidade e da moralidade que regem a Administração Pública, em vista da possível aplicação da multa estabelecida no art. 57, II, da LC nº 01/94. (fls. 152, 156, 159, 162, 166, 168, 173, 176, e 178 - ap; e Anexo XI, fls. 110, 114, 117, 120, 124, 126, 131, 134 e 137) (Sugestão II.b)
83. Nas cópias das notas fiscais da MR Publicidade, Promoções e Produções Ltda. nºs 48, 65, 81, 98 e 108 existentes na SEL, em julho de 2003, não havia o texto "EVENTO: CAMPEONATO DE FUTEBOL BRASILIENSE 2002". Esse texto, que pode ter sido produzido no mesmo equipamento utilizado para preencher inicialmente o documento fiscal, devido a semelhança da fonte dos caracteres impressos, foi incluído nos originais, após a realização daquela Auditoria. E a partir dessa inclusão, foram providenciadas novas cópias que agora fazem parte do Processo nº 220.000.628/01. (Anexo I, fls. 27/29; Anexo XI, fls. 100/104; e fls. 140/144 - ap)
84. Verificam-se, ainda, outros detalhes, vejamos:
- a) NF nº 076 da Espaço Publicidade Marketing Editoração e Promoções Ltda. e NF nº 8969 da Crack: o carimbo de "Recebemos", com data de 02/05/02 e 19/08/02, não existe na cópia enviada em 03/07/2003; (Anexo I, fl. 24 e 31; Anexo XI, fl. 96 e 106; e fls. 137 e 147 - ap)
- b) NF nº 283 da Carcará: a parte inferior ainda não havia sido destacada quando foi fotocopiada; (Anexo XI, fl. 98; e fl. 139 - ap)
- c) NF nº 005 da Galera Candanga Ltda.: o texto "Evento: campeonato Brasiliense de Futebol 2002" e o carimbo "Recebemos", com data de 23/08/2002, não existia antes de julho de 2003, a parte inferior da nota também não havia sido retirada; a nota não foi preenchida sobre papel carbono; (Anexo I, fl. 36; Anexo XI, fl. 99; e fl. 146 - ap)
- d) NFs nº 001, 002, 003, 100 e 145 da RML Materiais Esportivos: o carimbo de "Recebemos" não existia; (Anexo I, fls. 32/35 e 38; Anexo XI, fls. 108, 110, 112, 114 e 117; e fls. 150, 152, 154, 156 e 159 - ap)
- e) NF nº 948 da EWE Ltda., o texto "2 jogos de camisa", o número de unidades "2" e o valor "348,50" foram incluídos após a primeira cópia; a retirada da parte inferior da nota também se deu posteriormente ao envio da cópia desse documento à SEL; (Anexo I, fl. 37; Anexo XI, fl. 116; e fl. 158 - ap)
- f) NF nº 5922 da São Paulo Comércio e Indústria e Distribuição Ltda., o carimbo de "Recebemos", com data de 02/10/02, foi incluído depois de 03 de julho de 2003,



data em que as cópias foram encaminhadas à SEL; (Anexo I, fl. 40; Anexo XI, fl. 120; e fl. 162 - ap)

g) NF nº 661 da Rangel Sport e NF nº 848 da Companhia do Futebol, **o carimbo de "Recebemos", foi incluído após julho de 2003; essas notas podem ter sido, primeiramente, extraídas dos blocos e só depois, preenchidas, pois não há marcas do carbono no verso desses documentos;** (Anexo I, fls. 43 e 48; Anexo XI, fls. 124 e 131; e fls. 166 e 173 - ap)

h) NF nº 452 da Lider Unisport, NF nº 288 da Planeta e as NFs nº 29 e 35 da Venus Calçados, **o carimbo de "Recebemos" foi colocado após o envio da cópia à SEL, bem como a retirada da parte inferior;** (Anexo I, fl. 44/45, 51 e 53; Anexo XI, fl. 125/126, 134 e 137; e fls. 167/168, 176 e 178 - ap)

i) NF nº 007 da Galera Candanga, o texto "Evento: XXVII CAMPEONATO BRASILIENSE DE FUTEBOL" e **o preenchimento do carimbo de "Recebemos" foram incluídos após o envio da cópia à SEL, a retirada da parte inferior da nota ocorreu também após a cópia do original;** (Anexo I, fl. 49; Anexo XI, fl. 132; e fl. 174 - ap)

j) NF nº 947 e 948 da EWE Ltda., **o texto "(1 kit c/ 400 coletes)", na primeira, e "jogos de camisa", "2", na coluna Unidade, e "348,50", na coluna Quantidade, não constavam quando da emissão do documento;** (Anexo I, fls. 37 e 50; Anexo XI, fls. 116 e 133; e fls. 158 e 175 - ap)

k) NFs nº 48759 e 52425 da Churrascaria Spettus, **não foram incluídas na Prestação de Contas encaminhada à SEL, em julho de 2003, e não possuem qualquer relação com a realização do Campeonato de Futebol Profissional; percebe-se, ainda, que no preenchimento original foram colocadas apenas a data, o valor e a palavra "Despesas", tudo o mais foi incluído posteriormente, basta verificar a marca do carbono no verso dos documentos;** (Anexo XI, fl. 136; e fl. 180 - ap)

85. Outro detalhe que desperta a atenção, **com relação às notas fiscais**, refere-se à **semelhança de caligrafia existente entre os diversos documentos fiscais emitidos por diferentes estabelecimentos. Pode ser indício de que uma mesma pessoa tenha preenchido várias notas e recibos, alterando a caligrafia, mas deixando marcas que podem ser identificadas em palavras, letras e números.** Vejamos:

- NF nº 003 e 145, da RML, e nº 661, da Rangel Sport. As palavras "vendas", "medalhas", "futebol" e as letras "s", "b" e "p" sugerem que essas notas podem ter sido preenchidas pela mesma pessoa; (Anexo I, fls. 35, 38 e 43; fls. 156, 159 e 166 - ap)

- NF nº 2139 da Super Bolla, de Goiânia, e nº 947 da EWE Ltda. a semelhança nas letras "m" e no número "5" indicam a mesma possibilidade; (Anexo I, fls. 41 e 50; fls. 163 e 175 - ap)

- NFs nº 5922 da São Paulo Materiais Esportivos, nº 452 da Lider Unisport e nº 288 da Planeta - Comércio de Calçados Ltda., as palavras "metropolitana" "futebol" e "jogo" e as letras "B", "M" e "L" são semelhantes e podem ter sido escritas pela mesma pessoa; (Anexo I, fls. 40, 44 e 45; fls. 162, 167 e 168 - ap)

86. As notas fiscais da empresa **Vênus Calçados discriminam a venda de troféus, medalhas, coletes e uniformes de futebol. Contudo, em contato pelo telefone constante da NF (3372-7756), o vendedor daquela loja informou não trabalhar com esse tipo de material.** (fls. 176 e 178 - ap)

87. Importante destacar, a título de informação, **que a Sra. RITA MARLETE LEITE, sócia responsável pela firma RML, é também proprietária da Vênus Calçados. Essas duas empresas aparecem como fornecedoras em Prestações de Contas de grande parte de Federações Esportivas.**

88. Algumas notas fiscais registram valores que não se encontram entre os saques efetuados na conta corrente da FBF, no período de 01 de agosto de 2002 a 03 de janeiro de 2003. O que pode ser um indício de que aquelas compras não tenham sido efetivadas. (...)

Fonte: fls. 138/144, 147, 150, 152, 154, 159, 164, 169, 171, 174/175, 180/181 - ap.



89. A FBF adquiriu, por exemplo, não incluídas as notas fiscais da EWE - Indústria e Comércio de Confecções, pois não discriminam a quantidade do material: 301 bolas de futebol, 29 redes de futebol de campo, 631 troféus, 2.172 medalhas, 82 jogos de uniformes completos para futebol e 1.200 coletes para treino. Além das diversas irregularidades encontradas nos documentos fiscais, essas despesas realizadas pela FBF, com medalhas, troféus, uniformes, coletes, bolas, redes e alimentação, não possuem relação com o objeto do Convênio: Campeonato Brasiliense de Futebol de Campo Profissional da 1ª Divisão e campeonato de futebol das categorias de base. Portanto, entende-se que devem ser desconsideradas. (fls.138/181 - ap)

90. Pela cronologia das notas fiscais da RML, constata-se que, nos meses de junho e julho de 2002, a FBF foi sua única cliente, efetuando, supostamente, cinco aquisições de materiais. Uma situação atípica: (...)

91. A Prestação de Contas apresentada pela FBF resume-se aos recibos em nome dos clubes de futebol, que somam R\$ 1.100.000,00, e às notas fiscais de publicidade e de compra de material esportivo, para comprovar aplicação de R\$ 100.000,00. Em razão das irregularidades constatadas, suficientes para reprovar a documentação analisada, caberia determinação para que a FBF ressarcisse aos cofres públicos a quantia de R\$ 1.200.000,00, que atualizada pelo SINDEC representa R\$ 1.827.966,74, em 30/09/08:

Data Original	Valor (R\$)	Data Atual	Corr. Monetária	Valor atualizado
14/11/02	1.200.000,00	30/09/08	627.966,74	1.827.966,74

1. Embora pudesse estar assim concluída a análise da presente Prestação de Contas, os Clubes de Futebol que, aparentemente, receberam transferências da FBF (11 no total), também apresentaram prestação de contas. Sabe-se, por intermédio da análise procedida no Processo nº 1.905/04, que muitos desses documentos apresentados pelos clubes também trazem indícios de adulteração, fato que implicaria, ainda, os dirigentes daquelas entidades. Assim sendo, passa-se a examinar a documentação restante.

II.1.2.2. Dos clubes de futebol

II.1.2.2.1. Brasiliense Futebol Clube

2. O Brasiliense Futebol Clube juntou notas do Bristol Hotel, referentes à hospedagem, alimentação e outros serviços; recibos da empresa Joaquim Flávio Imobiliária, referentes à pagamentos de aluguel de imóveis; e outros pagamentos a terceiros. Essas despesas dispensam comentários e não podem ser aceitas como prova de regular aplicação de recursos públicos.

3. O Clube não atendeu, inteiramente, a solicitação, para que encaminhasse os originais das despesas realizadas. Dos poucos documentos originais, presentes no Anexo XVI, três são de notas fiscais de compra de material esportivo. As três apresentam sinais de adulteração. (...)

95. As cópias apresentadas possuem autenticação efetuada pelo Cartório do 10º Ofício, em Ceilândia, visto no verso.

96. A cópia da Nota Fiscal nº 740 da Real Sul Transportes e Turismo Ltda., no valor de R\$ 12.000,00, também apresenta indícios de adulteração. Nesse caso, a suposta manipulação teria ocorrido no valor do documento. Observa-se a possível inclusão do número "1", fora do espaço reservado ao preço total, o que poderia ter alterado o valor da nota de R\$ 2.000,00 para R\$ 12.000,00. (Vol. II, fl. 316 – ap)

97. Todavia, não foi apresentado o documento original dessa despesa, impossibilitando a confirmação da suspeita. O recibo foi emitido em 31/05/02 e a nota fiscal, em 23/07/04. (Vol. II, fls. 315/316 – ap)

98. Merece destaque o fato de o Brasiliense ser uma Sociedade Empresarial Limitada, logo, não poderia ser beneficiado por repasses de recursos públicos,



que devem atender, na forma do art. 1º do Decreto nº 19.730/98, “... **sociedades civis, sem fins lucrativos, associações e fundações de fins educacionais, culturais, de assistência social ou de saúde, ...**”. Em vista disso, fica caracterizada a ilegalidade no repasse para o Brasiliense, devendo ser providenciado o devido ressarcimento.

99. Cabe registrar que o **Sr. Luiz Estevão de Oliveira Neto, embora continue sendo visto à frente da entidade, e o Sr. Fábio Simão, atual Presidente da FBF, foram excluídos daquela sociedade, respectivamente, em 09/08/2001 e 20/09/2001. Hoje figuram como proprietárias as senhoras Lúcia Bernadete Pinto de Azevedo, residente em São Pedro da Aldeia – RJ, e Jerônima Rosa de Jesus, residente em Águas Lindas de Goiás, ambas incluídas em 20/09/2001.** (fls. 57/59)

100. O **Sr. Fábio Simão**, referenciado no Jornal Correio Braziliense como “**ex-braço-direito de Luiz Estevão**” (CB de 03/03/2004, matéria do Jornalista Roberto Naves, na coluna Futebol Candango, do Caderno de Esportes, intitulada “Bate-bola de Políticos”), **foi denunciado criminalmente, dia 29/11/2003, por sonegação fiscal**, pelos Procuradores da República Luiz Francisco Fernandes de Souza e Celso Três, **por ser sócio representante legal do Brasiliense Futebol Clube S/C Ltda., que não recolheu as contribuições devidas ao INSS, referente aos jogadores de futebol, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002.**

101. Portanto, em razão de **despesas impróprias, para serem custeadas com recursos públicos, e de irregularidades verificadas em documentos fiscais, essa Prestação de Contas em nome do Brasiliense Futebol Clube deve ser rejeitada.**

II.1.2.2.2. Associação Desportiva Clube Bandeirante

102. O Bandeirante apresentou, para comprovar a aplicação dos recursos, diversas cópias de recibos de pagamento de prestadores de serviço e de recibos, aparentemente, emitidos pelo Sindicato dos Árbitros de Futebol do Distrito Federal – SAF/DF. (Vol. II, fls. 341/497 - ap)

103. O Decreto nº 19.730/98, ao tratar da utilização de recursos públicos por entidades com personalidade jurídica de direito privado, estabelece:

“Art. 6º. Os recursos recebidos pela entidade sob a forma de subvenção social **só poderão ser utilizados, de forma suplementar e eventual, na manutenção de suas atividades específicas, inclusive em conservação de bens imóveis de uso próprio da entidade, proibida a utilização desses recursos no pagamento de salários a qualquer título, encargos sociais, obras de melhoria, despesas de viagem, festas, hospedagens, gratificações, participações, tickets refeição e vale-transporte.**” (grifei)

104. As despesas apresentadas pelo clube, com pagamento de pessoal e de arbitragem, não possuem o caráter eventual e suplementar, logo, devem ser rejeitadas.

II.1.2.2.3. Sociedade Esportiva do Gama

105. O Gama, seguindo o procedimento adotado pelo Bandeirante, ofereceu apenas despesas com o pagamento de pessoal e aquisição de vale-transporte. Como visto, na citação do art. 6º do Decreto nº 19.730/98, no tópico anterior, **essas despesas não podem ser custeadas com recursos públicos. Portanto, devem ser rejeitadas.** (Vol. III, fls. 498/535 - ap)

II.4.2.2.4. CFZ de Brasília Sociedade Esportiva

106. Os clubes seguem, basicamente, os **mesmos critérios para listar as despesas realizadas. O CFZ ofereceu à análise recibos de pagamento de pessoal e de arbitragem e, ainda, notas fiscais relativas a serviços de hotelaria e compra de material esportivo.** Conforme demonstrativo, o total gasto teria sido de R\$ 148.020,17. (Vol. III, fls. 536/630 - ap)

107. Fato observado em todos os casos examinados, **a despesa apresentada tem sempre valor superior ao dos recursos recebidos. O CFZ deveria comprovar aplicação de R\$ 100.000,00, supostamente, recebido da FBF. Entretanto, o que se observa é que aquela entidade, assim como os demais clubes envolvidos, não**



consegue informar, detalhadamente, onde teriam sido aplicados esses recursos. (Vol. III, fls. 543 - ap)

108. Entre as notas de compra de material, cujo o total foi de R\$ 5.287,27, três são da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda.. **As Notas Fiscais da Nike somam R\$ 4.013,27 e estão especificadas como patrocínios e não como venda de mercadorias.** Se o CFZ recebeu o material a título de patrocínio, não houve desembolso, logo, as notas não poderiam ser aceitas como comprovação de aplicação de recursos. (Vol. III, fls. 628/630 - ap)

109. Os valores apresentados como pagamentos de salários superam os R\$ 100.000,00, não havendo fundamento legal para que se aceite a utilização de recursos públicos no pagamento de pessoal vinculado à entidade privada. Portanto, essas despesas devem ser desconsideradas.

110. É relevante registrar que **o CFZ equipara-se ao Brasiliense, com relação a situação de clube-empresa.** O CFZ é uma sociedade empresarial limitada, formada por duas outras empresas: a CFZ do Rio, Sociedade Esportiva Ltda., pertencente ao ex-jogador de futebol Zico, e a HPMA Treinamento Desportivo Ltda., de propriedade do Sr. Márcio Heuser Boamorte. Assim sendo, são ilegais os repasses de recursos públicos para essa entidade. (fls. 60/61)

II.1.2.2.5. Sobradinho Esporte Clube

111. Seguindo o procedimento adotado pelos demais, **o clube apresentou despesa com hospedagem, compra de material esportivo, alimentação, arbitragem e pagamento de salários.** E, com base na argumentação já oferecida, devem ser rejeitadas. (Vol. III, fls. 631/703 - ap)

112. Destaca-se a Nota Fiscal nº 288 da L de C Costa Restaurante – ME, **pelo volume de refeições fornecidas. Foram 1.200 refeições, ao preço unitário de R\$ 10,00 e total de R\$ 12.000,00.** Contudo, verificando o documento original, **identifica-se possível adulteração.** (Vol. III, fl. 637 – ap; e Anexo XX, fl. 06)

113. A quantidade “1200”, em duas oportunidades, **o preço unitário “10,00”, e o texto “NO XXVII CAMPEONATO FUTEBOL”,** podem ter sido incluídos após o preenchimento original do documento. Chega-se a essa conclusão observando a coloração e espessura diferenciada da tinta da caneta. A concordância do texto também foi quebrada com a nova inserção: “Despesa com refeição” e “Despesa com 1200 refeição”. (Anexo XX, fl. 06; e Vol. III, fl. 637 - ap)

II.1.2.2.6. Sociedade Esportiva Brazlândia

114. As despesas são as mesmas: **pagamento de salários, de árbitros e compra de material esportivo.** (Vol. IV, fls. 704/819 - ap)

115. As notas fiscais constantes dos autos trazem diversas irregularidades. Por exemplo, a Sociedade Esportiva Brazlândia apresentou a Nota Fiscal nº 939, da EWE Ltda., emitida em 15/04/2002, e o Brasiliense, as Notas Fiscais nºs 879, 884, 926 e 943, da mesma empresa, emitidas, respectivamente, em 29/04, 11/05, 24/07 e 30/08/2002. **As cinco Notas pertencem ao bloco de notas com data limite para emissão em 09/04/03.** Como pode ser observado, não há uma relação lógica entre o número da nota e a data de emissão. (Vol. II, fls. 307/308; e Vol. IV, fl. 806 - ap)

116. Seguindo entendimento já explicitado, as despesas apresentadas devem ser rejeitadas.

II.1.2.2.7. Clube de Regatas Guará

117. O Guará apresenta **despesas efetuadas com o pagamento de salários de atletas e serventes, com arbitragem, com a compra de material esportivo e com alimentação.** E, como no caso dos outros clubes, **em razão da incompatibilidade com o objeto do Convênio nº 01/2002, não podem ser aceitas.** (Vol. IV, fls. 820/973 - ap)

118. A documentação relativa ao Clube de Regatas Guará foi analisada durante a realização de Auditoria na SEL (Proc. 1905/04) e, comparando-se as cópias obtidas naquela oportunidade com as notas fiscais que agora fazem parte do Processo nº 220.000.628/01, **verificam-se indícios de adulteração.**



119. A cópia da **Nota Fiscal nº 128 da RLM**, obtida pela Equipe de Auditoria, **não possuía data e carimbo de “Recebemos” e via-se a parte inferior da nota. No documento original foram incluídas, posteriormente, a data e o carimbo e excluída a parte inferior do documento. O verso dessa Nota não traz marcas de carbono, no local da data, indicando que o registro não foi feito no momento da suposta compra.** Portanto, a cópia que agora faz parte do Apenso foi produzida depois da adulteração do documento. (Vol. IV, fl. 829 - ap; e Anexo II, fl. 02, e Anexo XIV, fl. 10)

120. **O mesmo aconteceu com as notas do Frango na Brasa.** Na cópia obtida em julho de 2003, não constavam número de série, o endereço do cliente e o carimbo de “Recebemos”. Contudo, o documento original, quando apresentado, trazia o número de série, o carimbo e acréscimos ao texto da descrição. (fls. 830/831 - ap; Anexo II, fls. 03/04, e Anexo XIV, fls. 11/12)

121. Percebe-se que **até o número de série foi incluído posteriormente. As notas teriam sido emitidas em março, maio e agosto de 2002 e só numeradas após julho de 2003**, início daquela Auditoria.

122. Note-se que **não se trata de falha no processamento da cópia, pois nas três primeiras cópias não se visualiza o número de série no canto superior direito e nas novas cópias inseridas no Processo nº 220.000.628/01, já adulteradas, a numeração está nítida.** (fls. 830/831 - ap; Anexo II, fls. 03/04, e Anexo XIV, fls. 11/12)

...

II.1.2.2.8. Ceilândia Esporte Clube

124. O Clube apresentou **despesas com o pagamento de atletas, de árbitros e compra de material esportivo, sendo a sugestão no sentido de rejeitar-se esses comprovantes, pois são incompatíveis com o objetivo o Ajuste.** (Vol. V, fls. 974/1008 - ap)

125. A Nota Fiscal nº 49 da **RML recebeu o carimbo de “Recebemos” após o envio da Prestação de Contas à SEL, em julho de 2003, embora a data registrada no carimbo seja 28/11/2002. Basta comparar a cópia e o original, ressaltando-se que a nova cópia, juntada ao Processo nº 220.000.628/01, foi produzida após a adulteração do documento.** (Anexo I, fl. 218; Anexo XIII, fl. 13; e Vol. V, fl. 986 – ap)

126. **Percebe-se o mesmo procedimento em todas as prestações de contas examinadas, com relação as alterações incluídas nos documentos fiscais.**

II.1.2.12.9. Luziânia Esporte Clube

127. **As despesas referem-se a pagamentos de salários, de arbitragem, de alimentação, de hospedagem e a compra de material esportivo.** (Vol. V, fls. 1009/1090 - ap)

128. Nas **Notas Fiscais nºs 730, 741, 749 e 756 da Panificadora Nosso Pão verifica-se a adulteração do documento original, tendo sido acrescentado o endereço do cliente e o carimbo “Recebemos”.** Note-se que o carimbo foi, cuidadosamente, colocado sobre uma suposta assinatura que já existia na nota. (Anexo II, fls. 125/128; Anexo XV, fls. 09/12; e Vol. V, fls. 1017/1020 - ap)

129. Nas **Notas Fiscais nºs 669 e 670 da Araguaia Esportes foram incluídos o CNPJ, o endereço do cliente, o carimbo de “Recebemos”, com data e assinatura, na primeira, e o texto manuscrito “Recebemos”, com data e assinatura, na segunda.** (Anexo II, fls. 130/131; Anexo XV, fls. 14/15; e Vol. V, fls. 1022/1023 - ap)

130. Em **testes realizados com os recibos de pagamentos apresentados**, constata-se o seguinte:

- **parte das cópias dos recibos**, referentes ao mês de abril de 2002, entregues em julho de 2003, **não possuíam data, tendo sido estas acrescentadas posteriormente;** (Anexo II, fls. 142/150 e 153/158; Anexo XV, fls. 24/32 e 34/39; e Vol. V, fls. 1032/1040 e 1042/1046 - ap)

- **recibos com mesmo nome registram assinaturas diferenciadas**, relaciona-se a seguir apenas alguns casos (Vol. V - ap): Mário César Meireles, fls. 1036, 1053 e 1080; Jean Carlos P. Vilela, fls. 1031, 1051e 1086; Carlos Mágnio S. Coutinho, fls. 1032, 1047 e 1063; Jerônimo Ricarte da Silva, fls. 1033, 1051 e 1069; Mário Cesário Filho, fls. 1034 e 1077; Marcelo Roriz, fls. 1038, 1054 e 1090; Giovani A. Meireles Duarte, fls. 1039, 1050,



1070 e 1079; José Genício da Silva, fls. 1039, 1052, 1064 e 1087; Marcelo Caldeira Rocha, fls. 1040, 1053 e 1089;

• Paulo Henrique C. Braga: o CPF indicado na fl. 1035 é inválido e outro CPF registrado às fls. 1058 e 1067 pertence a Angelo Vieira Cotrim Neto; as assinaturas não conferem; (Vol. V – ap)

• Marlos Gomes santos: o CPF constante das fls. 1036 e 1080 é inválido e outro CPF indicado na fl. 1057 pertence a Moacir Pires dos Santos; as assinaturas não conferem; (Vol. V – ap)

• Raimundo José Aniseto: o CPF mencionado nas fls. 1037 e 1078 é inválido e outro citado na fl. 1059 pertence a Albino Inácio Soares; as assinaturas não conferem; (Vol. V – ap)

• Walter Dias Lima: o CPF registrado na fl. 1037 é inválido e o CPF indicado na fl. 1056 pertence a Wilson Gonçalves Borges; as assinaturas não conferem; (Vol. V – ap)

• Adriano Araújo Meireles: o CPF citado na fl. 1038 é inválido e a assinatura não confere com a existente na fl 1055. (Vol. V – ap)

131. As despesas apresentadas pelo Luziânia, conforme argumentação já colocada, não se enquadram no objetivo do referido Convênio. Falta, ainda, credibilidade aos documentos fiscais e aos recibos de pagamento, em razão das adulterações efetuadas e das incompatibilidades de assinaturas e de CPF. Assim sendo, não podem ser aceitas como comprovação de regular aplicação de recursos públicos.

II.1.2.2.10. Brasília Esporte Clube

132. As despesas são aquelas apresentadas por todos os clubes envolvidos: pagamento de salários, hospedagem, alimentação, transporte e compra de material esportivo. E seguindo o entendimento já firmado, esse tipo de despesa não deve ser aceita. (Vol. VI, fls. 1091/1214 - ap)

133. Segundo o site WWW.arquivodeclubes.com, em 08/11/99 o Brasília tornou-se clube/empresa e mudou o nome para Brasília Futebol Clube. Entretanto, toda documentação, supostamente, produzida no ano de 2002, está em nome de Brasília Esporte Clube. O fato de ser uma empresa já inviabilizaria o recebimento de recursos públicos.

134. Assim como aconteceu com o Luziânia, alguns dos CPFs indicados são inválidos: João Oliveira Nascimento, fls. 1101 e 1142; Paulo César de Oliveira, fls. 1105, 1133 e 1165; Rafael Araújo Fontela de Queiroz, fls. 1106, 1132 e 1164; Genilda da Conceição Cordeiro, fls. 1108, 1130, 1162; Cilas Mendes Ferreira, fls. 1112 e 1139; André Martins da Silva, fls. 1117 e 1150; e Allen Godinho Ramos, fls. 1119, 1152 e 1184. (Vol. VI - ap)

135. Verificando-se os documentos originais encaminhados, percebe-se que alguns foram preenchidos em dois momentos distintos. A constatação pode ser feita comparando-se as caligrafias e as cores da tinta da caneta utilizada. (Anexo XXII, fls. 101/114; e Vol. VI, fls. 1201/1214 - ap)

136. Destacam-se as Notas Fiscais nºs 1003 e 1004 da Comida Mineira, localizado no Recanto das Emas, as duas com data de 30/07/02, com o valor de R\$ 1.500,00, cada, relativas à “despesas de refeições”, e as de números 3372, 3394 e 3400 do Barril 2000 Bar e Lanches, referente a refeições de atletas, com valor unitário de R\$ 150,00 e totais de, respectivamente, R\$ 3.150,00, R\$ 3.750,00 e R\$ 4.650,00. A Nota nº 3394 teria sido emitida um mês antes da Nota nº 3372, situação improvável, indicando a possível manipulação desses documentos. (Vol. VI, fls. 1208/1212 - ap)

137. A Nota Fiscal da Pousada JK Ltda.-ME tem o número 0001, teria sido a primeira nota emitida por aquele estabelecimento. Constata-se, contudo, que a data de emissão dessa nota é anterior a data de autorização concedida pela Secretaria de Fazenda (AIDF), ou seja, a data colocada na nota é de 2002, mas o talão só foi emitido em 2003. Na Nota Fiscal nº 429 da Pousada 705 Sul Ltda. - ME, na descrição consta o valor da mensalidade como sendo R\$ 360,00 e no campo relativo ao preço unitário foi registrado o valor de R\$ 540,00, com total de R\$ 4.860,00. (Vol. VI, fls. 1213/1214 - ap)



II.1.2.2.11. Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC

138. A ARUC – Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro apresenta as mesmas despesas vistas na documentação dos outros clubes. São gastos com pagamento de salários, de hospedagem, de alimentação, de transporte, de arbitragem e com a compra de material esportivo. (Vol. VII, fls. 1215/1385 - ap)

139 Entretanto, embora tratar-se do mesmo tipo de gasto, a documentação que agora se encontra acostada ao Processo nº 220.000.628/01 é diferente daquela a que teve acesso, em julho de 2003, a Equipe de Auditoria. (Anexo I, fls. 54/198)

140. A documentação relativa à ARUC foi objeto de análise, quando da realização da multicitada Auditoria realizada na SEL, tratada no Processo nº 1905/04. ...

141. Destaca-se a informação constante do site oficial da ARUC (www.aruc.com.br), a respeito do time de futebol que levava o nome daquela entidade:

“O time profissional da Aruc surgiu em 2000, depois que os empresários Agrício Braga, Wagner Marques e Paulo Goyaz criaram a empresa WAG. A empresa fez um contrato com a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro para explorar o nome da entidade no futebol profissional do DF. Em 2003 o time disputou a divisão principal do Candangão pela terceira vez”. (grifei)

142. Nesse caso, pode ser que os recursos repassados pela FBF tivessem como destino a citada empresa WAG, responsável pela equipe de futebol. Entretanto, como consta o nome da ARUC, na documentação analisada, cabe a ela prestar os esclarecimentos.

143. O Sr. Agrício Braga, ainda como Secretário de Esporte e Lazer, recebeu o Ofício da FBF, com a solicitação dos recursos, no montante de R\$ 1.200.000,00, em 28/12/2001, determinando providências para atendimento do pleito. A FBF, ao fazer a solicitação, já deveria ter planejado a distribuição dos recursos e identificado as equipes a serem beneficiadas. Assim, o Sr. Agrício, ao dar encaminhamento àquela solicitação, estaria ciente de que parte daqueles recursos iriam custear as despesas do time de futebol por ele administrado – a ARUC. (fl. 01 - ap)

144. No site www.arquivodeclubes.com, encontram-se informações sobre o comando do time de futebol que levava o nome da ARUC, apontando a ligação do ex-Secretário de Esporte e Lazer com a administração da equipe de futebol. Vejamos:

“2003 A mesma saída econômica usada pelo Sobradinho, que contratou o Santo Antônio, campeão da Copa Peladão, será utilizada pela ARUC, que contratou o vice-campeão, o Jardim, time do secretário de Esportes e promotor do Peladão, Agrício Braga. Apesar de ceder o time amador, Agrício encabeça uma debandada. Depois de criar o clube de futebol dentro da Aruc, em 2000, como espécie de filial do Gama, e conseguir levá-lo à elite candanga e mantê-lo nos dois últimos anos, a cúpula do alviverde deixou de investir neste ano. “Acabou a filial. É bom porque a gente vai aprender as coisas sozinho”, comemora Careca, vice-presidente do clube social. “É exatamente pela falta de recursos para bancar. Esse Campeonato Brasiliense é só despesa”, critica o presidente do Gama, Wagner Marques, um dos três sócios da empresa que arrendou o futebol da Aruc, ao lado de Agrício e do advogado Paulo Goyaz. “Fugiu ao nosso propósito de ter uma filial. Com o fim da Lei do Passe, não tem mais tanta vantagem revelar jogadores”, explica Agrício. Sem estádio, o time do Cruzeiro manda seus jogos no Gama. Serjão; Mineiro, Ismael, Emerson e Washington Zoreia; Hebert, Chicão, Écio e André; Fledson e Merrê Técnico: Feijão

2002 - Aruc, do técnico Risada, continua como “filial” do Gama. A base do time é formada pelos juniores do Gama, jogadores jovens, muitos futuros estreantes na Série A do Campeonato Brasiliense. EB - Leonardo; Daniel, Alexandre, Alex e Josué; Goeber, Didão, Fávio e Steve; Altair e Kako.” (os grifos não estão no original)

145. Examinando-se os documentos originais, foram encontradas graves irregularidades. Diversas notas fiscais tiveram o seu valor adulterado para mais, depois de terem sido copiadas e as cópias entregues na SEL. Naquela oportunidade a Equipe de Auditoria registrou em seu Relatório, com o detalhe de que os anexos citados estão acostados a este Processo: (...)

Proc. 1905/04, Relatório de Auditoria nº 2.0019.04, fls. 135/137)

146. Assim como nos demais casos analisados, também a Prestação de Contas da ARUC, como pode ser observada, foi montada após a adulteração dos originais.



Não houve, neste Processo, e a conclusão é óbvia, nenhuma ação isolada. A FBF e os clubes de futebol apresentaram as mesmas despesas, as vezes os mesmos fornecedores, e os procedimentos, adotados na manipulação da documentação, também são os mesmos.

147. Além da supressão de documentos, que só poderia ter sido efetuada por servidores daquela Secretaria, todas as cópias que compõem o Processo nº 220.000.628/01 foram providenciadas após a adulteração dos originais, que ocorreu após julho de 2003, mês em que teve início a Auditoria na SEL. Graças às cópias obtidas naquela Auditoria, fica fácil identificar as adulterações perpetradas.

148. Ocorreram outras alterações na documentação encaminhada inicialmente à SEL, como no caso do valor total da despesa declarada e dos recibos assinados pelo ex-goleiro da Seleção Brasileira de Futebol de Campo, Paulo Vitor. Havia quatro recibos assinados pelo Sr. Paulo Vitor, relativos aos meses de março, abril, maio e junho. Atualmente, entre as cópias juntadas ao Processo nº 220.000.628/01, encontram-se apenas dois recibos, dos meses de março e maio, onde constata-se duas assinaturas completamente diferentes. (Anexo I, fls. 54, 84, 105, 134 e 155; Vol. VII, fls. 1215/1224, 1272 e 1341 - ap)

149. Em razão das irregularidades verificadas, as despesas apresentadas pela ARUC devem ser rejeitadas.

150. Está claro que não se trata de falhas administrativas, decorrente de erro. O que se constatou foi a existência de fraude e de má-fé, pois houve a adulteração de documentos fiscais e a subtração de documentos oficiais.

6. Assim, em decorrência das irregularidades e impropriedades constatadas na documentação de prestação de contas das entidades desportivas beneficiadas com repasses decorrentes do Convênio nº 01/2002, a Divisão de Contas da 2ª ICE buscou o entendimento já adotado em processos em trâmite nesta Corte de Contas (Processos TCDF nºs 3308/99 e 1044/03,) no sentido de que respondem solidariamente, por débitos decorrentes de repasses feitos a entidades privadas, o servidor responsável pela autorização e pela fiscalização da execução do ajuste, bem como o ente particular beneficiado que não comprove a regular aplicação dos recursos públicos.

7. Desse modo, observa que a documentação apresentada pela Federação Brasiliense de Futebol suscita dúvidas, inclusive em relação à efetivação dos repasses para as agremiações de futebol, abordando que poderiam ocorrer as seguintes situações: a) o clube recebeu o repasse no valor discriminado e é responsável pela documentação apresentada; e b) a documentação não é idônea e a FBF é a única responsável. Em decorrência de tais situações exsurgiria a necessidade de que o Presidente de cada entidade desportiva beneficiária dos recursos públicos fossem chamados em audiência para apresentação de suas razões de defesa em relação às impropriedades e irregularidades indicadas pela 2ª ICE na aplicação e prestação de contas dos valores percebidos.

8. O montante do débito apurado conforme Informação nº 119/2008, em valores alusivos ao exercício de 2008 seria de R\$ 1.827.966,74, conforme atualização obtida no SINDEC/TCDF evidenciada no § 91 daquela Instrução, quantia pela qual deverão responder os responsáveis pela então Secretaria de Esporte e Lazer, o então Presidente da FBF, na condição de signatário do ajuste, e a Federação Brasiliense de Futebol, e cada uma das agremiações futebolísticas no valor da cota de R\$ 100.000,00 em decorrência dos apresentados, excetuando-se a ARUC, que deveria responder pela importância original de R\$ 88.587,10 em recibos apresentados.



9. Assim, no § 168 a Unidade Técnica pugna pelo chamamento em audiência dos responsáveis envolvidos para apresentação de defesa na forma a seguir transcrita, em valores atualizados até o exercício de 2008:

“(…)

- Sr. Marco Aurélio da Costa Guedes, à época Secretário de Esporte e Lazer, por ter assinado o Convênio nº 01/02 e ratificado os procedimentos efetuados no processo, pelo valor total de R\$ 1.827.966,74; (fls. 24/27, 29 e 35 - ap)
- Sr. Marcelo Fagundes Gomide, à época Chefe de Gabinete da SEL, por ter autorizado a emissão das Notas de Empenho e os pagamentos, pelo valor total de R\$ 1.827.966,74; (fls. 30 e 36 - ap)
- Sr. Weber de Azevedo Magalhães, à época Presidente da Federação Brasiliense de Futebol – FBF e signatário do Convênio nº 01/02; residente à SQN 115, Bl. G, ap. 501, Asa Norte, CEP. 70.772-070, pelo valor total de R\$ 1.827.966,74; (fls. 24/27 - ap)
- A Federação Brasiliense de Futebol – FBF, localizada na W3-SUL, CRS 508, Bl. C, entrada 63, sobreloja 1,2, e 3, CEP. 70.351-535, na figura de seu representante legal, por ter recebido os recursos da SEL, referente ao Convênio nº 01/02, pelo valor total de R\$ 1.827.966,74. (fls. 182/184 - ap)
- Brasiliense Futebol Clube, com sede no SBS, Qd. 02, Bl. “L”, e o Sr. José Eduardo Bariotto Ramos, responsável pelos recibos, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 74/77 – ap)
- Associação Desportiva e Comercial Bandeirante, situado no SOF, Qd. 05, conj. “B”, lote 06, e o Sr. Carlos Andrade Oliveira, responsável pelos recibos, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 78/84 - ap)
- Sociedade Esportiva do Gama, com sede na SCLS Qd. 414, Bl. “D”, sobreloja 33, Brasília – DF, e o então Presidente Wagner Antônio Marques, signatário dos recibos, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 85/89)
- CFZ de Brasília Sociedade Esportiva, com sede no SCES trecho 02, ASBAC, Brasília – DF, e o Vice-Presidente Márcio Heuser Boamorte, responsável pelos recibos, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 90/94 - ap)
- Sobradinho Esporte Clube, Área Especial 1 Setor das Industrias de Sobradinho - Sala 208, CEP 73020-050, Sobradinho/DF Tel. (61) 223-5066 e 387-9969, o Srs. Antônio José Gomes de Matos e Michel José Bastos, responsáveis pelos recibos, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 95/99 - ap)
- Sociedade Esportiva Brazlândia, Qd. 1, lote 183, Setor Sul, Brazlândia – DF, CEP: 72715-010, e o Presidente Moacir Ruthes, responsável pelos recibos, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 100/109 - ap)
- Clube de Regatas Guarará, QE 04, Área Especial 01, CEP: 71010-004, Guarará – DF, e o Presidente, Sr. Divino Alves dos Santos, residente na SMPW, Q.d 01, Conj.5, Casa 08, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 110/114 - ap)
- Ceilândia Esporte Clube, QNM 27, Módulo “C”, Área Especial, Ceilândia Norte – DF, e o Sr. Adelson de Almeida, responsável pelos recibos, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 115/119 - ap)
- Associação Atlético Luziânia, Rua Dr. João Teixeira, Qd. 1, Lote 7 - Centro, CEP 72800-000, Luziânia/GO, Tel. (61) 621-1445, e o Presidente Arnaldo Barbosa, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 120/123 - ap)
- Brasília Futebol Clube, SCLN 201, BL. “B”, sala 112, Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70832-530, e o Sr. Paulo Roberto Alves, responsável pelos recibos, pelo valor de R\$ 152.330,56; (fls. 124/130 – ap)
- Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC, Área Especial 8, Cruzeiro Velho, CEP 70640-005, Brasília/DF, Tel. 3234-3737, e o Presidente à época, Sr. Abelardo Lopes Monteiro Filho, pelo valor de R\$ 134.945,23; (fls. 131/132 – ap)”

10. A Unidade Técnica tece ainda, considerações acerca dos trabalhos apuratórios da CTCE instaurada para examinar as contas especiais em relação ao Convênio nº 001/2002 discorrendo não ser crível que a CTCE tenha concluído pela inexistência de prejuízo ao erário, deixando consignado que o exame dos fatos pela



CTCE no mínimo indicariam situação de negligência e imperícia na condução dos trabalhos que foram imbuídos àquela comissão tomadora.

11. Em face de todas as documentações e elementos informativos que permeiam a presente TCE, bem como das prestações de contas das agremiações desportivas constantes dos anexos XI a XXII, a Instrução apresenta as conclusões a seguir:

“III. CONCLUSÃO

189.A Comissão de TCE, instaurada por meio da Portaria da SEL nº 31/2004, apresentou Relatório cuja conclusão merece ser ignorada. A Prestação de Contas, referente ao Processo nº 220.000.628/01, está repleta de irregularidades. Verificam-se falhas formais na de liberação dos recursos e na apresentação das Prestações de Contas, devido à inobservância de normas legais, no pagamento de despesas impróprias e na apresentação de documentação com indícios de adulteração.

190. Não se trata apenas de erros administrativos. Foram identificadas faltas graves, podendo caracterizar crime contra a administração.

191. O Processo nº 220.000.628/01 trata de transferência para a Federação Brasileira de Futebol – FBF, no valor de R\$ 1.200.000,00. Esses autos foram analisados, tendo sido copiada parte da documentação, durante realização de Auditoria na SEL, iniciada em julho de 2003.

192. Contudo, o Processo nº 220.000.628/01, que agora foi encaminhado a este Tribunal para exame, não é o mesmo que foi analisado pela Equipe de Auditoria naquela oportunidade. Essa constatação é possível comparando-se a documentação copiada anteriormente e as cópias que hoje integram esse Processo da SEL.

193. Grande parte da documentação foi retirada dos autos, inclusive o Ofício da FMF que encaminhava a Prestação de Contas. Os documentos que constam desse Processo foram preparados depois da realização daquela Auditoria, o que sugere a existência de má-fé por parte daqueles que perpetraram a ação.

194. A troca de documentos nesse Processo só poderia ter sido levada a efeito com a participação de servidores da SEL. Portanto, necessária se faz a representação ao Sr. Governador do DF, para que possam ser adotadas as providências, por meio de Processo Administrativo, com vistas à aplicação da penalidade cabível, ao (s) servidor (es) responsável (eis) pelo possível crime de supressão e por adulteração de documentos, informando a esta Corte o resultado dessa apuração. **(Sugestão VI)**

195. O caso da ARUC é bastante peculiar, pois a FBF afirma que repassou R\$ 100.000,00, porém, em entrevista, diretores da entidade afirmaram que esse valor não passou pela conta daquela Associação. Existem nos autos recibos em nome da ARUC, no valor de R\$ 88.587,10, entretanto, as despesas apresentadas ultrapassaram os R\$ 100.000,00. Todas as despesas estão relacionadas com a equipe de futebol, que, conforme descrito nos §§ 140/144, era administrada pelo ex-Secretário de Esporte e Lazer, Sr. Agrício Braga Filho e seus sócios.

196. A maneira informal como foram tratados os recursos públicos, nos casos analisados nos Processos nºs 2.115/04, 28.267/06, 28.283/06 e nestes autos, parece uma constante, pois as Federações agiram da mesma forma. Os indícios verificados apontam para um suposto esquema de desvio de verbas, realizado, possivelmente, com a anuência de servidores públicos e Presidentes de Federações Esportivas.

197. Embora a FBF tenha sido a parte responsável pela aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio nº 01/2002, existem, nos autos, documentos assinados por supostos representantes de clubes que também teriam sido beneficiados. Como esses clubes, além de não conseguirem comprovar a regular aplicação dos recursos, ainda apresentaram documentos com indícios de adulteração, os responsáveis pelas entidades devem ser chamados para os devidos esclarecimentos.

198. Não houve, por parte da FBF e dos clubes beneficiados, pesquisa de preço nas aquisições efetuadas. Também não houve, no que diz respeito à arbitragem, relação de juízes que atuaram nos eventos e comprovação de que eles tivessem recebido os valores pagos ao Sindicato.

199. Verificou-se, a partir da análise da documentação oferecida pelos clubes, uma movimentação significativa de recursos por parte do Sindicato dos Árbitros de Futebol do



Distrito Federal. A quantia recebida por esse Sindicato, durante o ano de 2002, somente da FBF, com base nos recibos constantes dos autos, totalizou R\$ 99.920,00.

200. O Estatuto da entidade não prevê, entre as suas finalidades, essa cobrança pelo serviço prestado pelo árbitro de futebol. Assim, os recibos emitidos por esse Sindicato não podem ser aceitos como comprovação de aplicação de recursos públicos.

201. São graves os fatos e ilegalidades noticiadas neste Processo, devendo os envolvidos serem citados para o ressarcimento das despesas glosadas. O Tribunal poderá, ainda, com fulcro nos artigos 20 e 56 da Lei Complementar nº 01/94, deliberar pela audiência dos responsáveis indicados no parágrafo 168 desta Informação, diante da possibilidade de aplicação de multa individual de até 100% do valor atualizado do dano causado ao Erário. **(Sugestão V.a)**

202. Além da possível aplicação de multa e da devolução dos recursos, em razão da gravidade dos fatos apontados, com fundamento no art. 60 da Lei Complementar nº 01/94, o Plenário poderá autorizar a audiência dos responsáveis indicados nos parágrafos 156 e 168 desta Informação, em face da possibilidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, por período de cinco a oito anos. **(Sugestão V.b)**

203. Constatou-se, nos autos, a liberação de verbas públicas sem a observância das normas legais, a supressão de documentos em processos, a movimentação e a aplicação desses recursos de forma descompromissada, em alguns casos, com a adulteração de documentos fiscais, bem como a possível omissão, ou negligência, daqueles que deveriam zelar pela regular aplicação dos recursos, pela identificação de possíveis falhas e pelo ressarcimento dos prejuízos causados. Portanto, necessário o encaminhamento de cópia desta Informação ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. **(Sugestão IV)”**

12. O ilustre titular da 2ª ICE, na cota aditiva de fls. 127, para de externar posicionamento em concordância com a imensa maioria das sugestões constantes às fls. 123/125, dissente da Unidade Técnica em relação a audiência dos clubes de futebol integrantes da 1ª Divisão da temporada de 2002 do Campeonato Brasiliense de Futebol, invocando para tanto os seguintes argumentos:

“4. Acerca da obrigação de prestar contas, importante resgatar as seguintes cláusulas do ajuste (fl.09 – Vol. I):

- **Cláusula Décima – Da Responsabilidade da Federação (alínea “f”):** prestar contas dos recursos recebidos à Secretaria de Esporte e Lazer, após término de sua vigência.

- **Cláusula Décima Primeira do Ajuste – Da Prestação de Contas:** as faturas, notas fiscais, recibos ou quaisquer outros documentos de despesas, deverão ser emitidos em nome dos clubes o da conveniada, conforme o caso, e devidamente identificados em nome deste convênio, devendo ser mantido em arquivos em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados à disposição os órgãos de controle interno e externo de ambos os pactuantes.

5. **Diante da obrigação contratual assumida, entendemos que a responsável pela documentação apresentada é a atual Federação Metropolitana de Futebol. Assim, somos favoráveis a citação da nominada entidade, acompanhada do então Presidente e do Secretário de Esporte e do Chefe de Gabinete à época dos fatos, excluindo os Clubes de futebol e seus dirigentes do rol de responsáveis enumerados no § 169, seja para fins da citação proposta no item III das sugestões, seja para fins das audiências de que trata o item V.**

6. Ainda sobre o tema, importante lembrar que, nos termos do entendimento acolhido pela Decisão nº 2693/99, a “jurisdição desta Corte de Contas alcança qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada – inclusive terceiro sem vínculo com a Administração – desde que jungida ao dever de prestar contas, ou seja, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda, ou que em nome dele assuma obrigações de natureza pecuniária.”

7. Em debates sobre a questão aqui posta, foi apresentado o argumento de que



os beneficiários dos repasses dos recursos públicos foram os Clubes de futebol, desde modo, em consonância com nominada Decisão, estes estariam obrigados a prestar contas. Discordamos do entendimento. Não há obrigatoriedade contratual entre os Clubes e a Distrito Federal. O beneficiário do recurso foi a Federação, que assumiu a obrigação de aplicá-los e de apresentar a prestação de contas, podendo, para tanto, utilizar de comprovantes em nome dos clubes, conforme dispõe Cláusula Décima Primeira acima transcrita.

8. *Cabe registrar, por fim, que o tema repasse de recursos para entidades de futebol profissional foi objeto, dentre outras, das Decisões nº 4291/02 e nº 6974/07. Na primeira, o Tribunal alertou à Secretaria que a concessão de recursos ao desporto profissional de alto rendimento somente é possível se amparada em lei específica, observados os arts. 256 da LODF e 26 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF. Pela segunda, o Tribunal aplicou multa a gestores da Secretaria de Esporte, em virtude de terem autorizado o repasse de verbas públicas à Federação Metropolitana de Futebol do Distrito Federal, contrariando as disposições dos artigos 26, parágrafo único, inciso III, e 116, "caput" e §§ 1º e 3º, da Lei nº 8.666/1993, dos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 326/2000 e do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como por terem, no caso em tela, desconsiderado os alertas contrários proferidos pelas instâncias técnicas da então Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal."*

13. Com as devidas vênias ao ilustre titular da 2ª ICE, este membro do MPC/DF opina que o chamamento em audiência dos gestores das agremiações de futebol que perceberam recursos públicos em decorrência das disposições insculpidas nos Convênio nº 01/2002, tem o condão de oportunizar o contraditório e ampla defesa ao rol de responsáveis pelas impropriedades e irregularidades identificadas na presente TCE, inclusive em razão da constatação de indícios de conduta delituosa, contemplada na supressão e falsificação de documentos que deveriam comprovar a regular aplicação dos recursos públicos.

14. O rol de irregularidades identificadas pela Unidade Técnica na Instrução de fls. 78/125 demanda a adoção da providência de comunicação dos fatos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para a adoção das providências a cargo daquele *Parquet*, nos estritos termos da Decisão Administrativa nº 6/2006.

15. Desse modo, este membro do Ministério Público opina no sentido de que o colendo Tribunal adote integralmente os termos propostos pela zelosa Divisão de Contas da 2ª ICE na manifestação inserta às fls. 123/125.

É o parecer.

Brasília, 29 de maio de 2009.

Inácio Magalhães Filho
Procurador